

ASSESSORIA JURÍDICA
PARECER N.º 121/2023

PROCESSO N.º 075-2023

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
PARA FORNECIMENTO DE PÓ DE
BRITA DESTINADO À OBRA NO
BECO DAS FONTES, ATENDENDO
SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE
OBRAS E VIAÇÃO. DISPENSA DE
LICITAÇÃO. POSSIBILIDADE.**

O Sr. Secretário da Administração e Planejamento encaminhou a esta Assessoria, o Processo n.º 075/2023, solicitando PARECER referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PÓ DE BRITA DESTINADO À OBRA NO BECO DAS FONTES**, com fins a atender às necessidades da Secretaria de Obras e Viação, indagando sobre a possibilidade de contratação com Dispensa de Licitação.

A solicitação decorre do Memorando Interno da Secretaria de Obras n.º SO 08/2023, datado de 16/05/2023, e encaminhado ao Setor de Licitações, no qual se requer a aquisição de 100 toneladas de pó de brita.

Foram apresentadas nos Autos, anexadas ao Memorando Interno, propostas de 03 (três) empresas, quais sejam BRITA IBIRUBÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 02.239.710/0001-02; CBS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.318.063/0001-53; e, GAYGER & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 92.048.982/0001-00, para fornecimento das mudas ornamentais.

Foi solicitada a contratação da empresa BRITA IBIRUBÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 02.239.710/0001-02, de Ibirubá-RS, por apresentar o melhor orçamento, no valor total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por tonelada,

totalizando o valor de aquisição em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Analizando o valor orçado, entendemos se tratar da hipótese de aquisição por DISPENSA DE LICITAÇÃO com base no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, tendo em vista que o valor é inferior ao limite previsto na legislação.

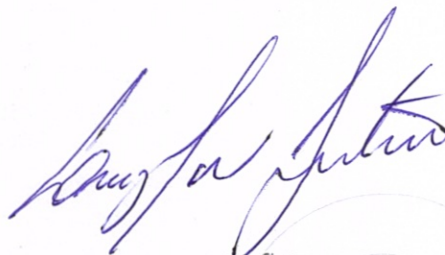
Consta dos Autos a devida consulta e reserva de dotação orçamentária para a contratação, havendo recursos disponíveis vinculados à Ação 2107 (Conservação e Manutenção de Ruas e Passeios Públicos), Despesa 3.3.90.30 (Material de Consumo), Recurso 1 (Recurso Livre – Impostos) (FR 500 – Recursos não vinculados de Impostos).

A documentação da empresa acompanha os presentes Autos, estando conforme determina a Lei 8.666/93.

Pelo exposto, no entender desta Assessoria, não há óbice à dispensa de licitação para a contratação da empresa que apresentou o melhor orçamento, opinando por sua homologação. Entretanto, por oportuno, faz-se a recomendação de este tipo de aquisição deva ser realizada por licitação, pelo Sistema de Registro de Preços, previsto no art. 15, §§ 1º a 8º, da Lei nº 8.666/93 e no Art. 82 e seguintes da Lei 14.133/2021, permitindo a contratação da quantidade a ser utilizada 12 meses pelo município.

Este é, salvo melhor juízo, o PARECER que submetemos à consideração superior.

Ibirubá-RS, 23 de maio de 2023.



Luiz Felipe Waihrich Guterres
Assessor Jurídico
OAB-RS nº 86.826